



POLÍTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL: UM OLHAR SOBRE O PROETI E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE QUALIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO MATEUS - ES.

RESUMO

A pesquisa analisa os efeitos da implementação do Programa de Educação em Tempo Integral (PROETI) nas escolas municipais de São Mateus-ES, com foco na EMEFTI Valério Coser, situada em território de vulnerabilidade social. O estudo objetiva compreender de que forma as diretrizes do PROETI influenciam a reconfiguração do tempo escolar, as práticas pedagógicas e os resultados de aprendizagem, considerando frequência, permanência, aprovação, proficiências em Língua Portuguesa e Matemática e índices como IDEB e IDEBES. De natureza qualitativa e fundamentada na pesquisa participante, a investigação mobiliza referenciais que discutem a educação integral, as políticas públicas e a qualidade social da educação (Teixeira, Ribeiro, Arroyo, Moll, Saviani, Dourado, Cavaliere, Freire e Ball), articulando-os à análise documental e estatística dos indicadores antes e após a adesão ao programa. Como instrumentos metodológicos, prevê entrevistas com gestores, professores, estudantes e familiares, observações do cotidiano escolar, registros em diário de campo e análise de dados oficiais. Pretende-se demonstrar que o PROETI, ao mesmo tempo em que amplia oportunidades educativas, enfrenta desafios relacionados à gestão, infraestrutura e práticas pedagógicas. A pesquisa se diferencia por abordar de forma situada a realidade de São Mateus, ainda pouco explorada na literatura, oferecendo subsídios para gestores e formuladores de políticas locais. Espera-se que os resultados alcançados contribuam para o fortalecimento da gestão democrática, o aprimoramento das práticas docentes e a formulação de políticas públicas mais contextualizadas, capazes de promover uma escola pública de qualidade social e comprometida com a formação plena dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: educação em tempo integral; políticas públicas educacionais; PROETI; indicadores de qualidade da educação; equidade educacional.





INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate em torno da ampliação da jornada escolar e da concepção de uma educação integral tem ganhado centralidade nas políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da equidade no acesso e permanência dos estudantes. Inspiradas em ideais defendidos por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, as propostas de escola em tempo integral apontam para a necessidade de reconfigurar o espaço e o tempo escolar, incluindo no currículo experiências que contemplem dimensões cognitivas, sociais, culturais e éticas.

Para Cavaliere (2002) e Moll (2012), a ampliação do tempo escolar possibilita a inserção de saberes comunitários, artístico-culturais e esportivos, aproximando a escola da vida social e favorecendo a formação cidadã. Nessa perspectiva, Arroyo (2012) enfatiza que:

[...] o tempo integral tem que ser outro tempo, com outros espaços, outros ritmos e sentidos. Um tempo em que os meninos e meninas possam se reconhecer, ser ouvidos, expressar-se e sonhar. (ARROYO, 2012, p. 41)

No Espírito Santo, a política de educação integral foi institucionalizada pelo Programa Capixaba de Fomento à Implementação das Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PROETI), por meio da Lei Estadual nº 11.393/2021 e do Decreto nº 4973-R/2021, visando fomentar a ampliação da jornada escolar em regime de colaboração com os municípios e o atendimento a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica.”

No município de São Mateus, a partir de 2023, a política de tempo integral foi instituída pela Lei Municipal nº 2.146/2023, viabilizando a adesão ao programa e a implantação de três escolas em tempo integral, entre elas a EMEF Valério Coser, localizada em contexto de vulnerabilidade social.

Nesse cenário, a presente pesquisa busca analisar os impactos locais dessa política pública na qualidade da educação, tendo como objetivo central investigar os efeitos





da implementação do PROETI nos indicadores educacionais das escolas municipais de São Mateus, com ênfase nas práticas pedagógicas, na organização escolar e nos resultados de aprendizagem. Como enfatiza Freire (1987, p. 84), “a educação é um ato político. Por isso, não há educação neutra: ela é ou libertadora ou domesticadora.” Essa perspectiva evidencia que compreender a implementação do PROETI requer reconhecer os condicionantes políticos e sociais que orientam a prática educativa e influenciam diretamente seus resultados.

Busca-se compreender como a ampliação da jornada e as diretrizes pedagógicas impactam a frequência, a permanência, a aprovação, os níveis de proficiência e índices como IDEB e IDEBES, revelando limites e potencialidades dessa política educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em autores e estudos que contribuem para a compreensão crítica da educação em tempo integral como política pública voltada à ampliação de direitos, ao enfrentamento das desigualdades educacionais e à reconfiguração do tempo e espaço escolares

Nesse sentido, serão mobilizados aportes teóricos com base em autores clássicos e contemporâneos que abordam a educação integral, as políticas públicas educacionais e os indicadores de qualidade na educação, como Anísio Teixeira (1956), Darcy Ribeiro (1986), Arroyo (2004), Moll (2012), Saviani (2008), Dourado (2011), Cavaliere (2009), Freire (1987; 1999; 2000) e Ball (2001).

A educação em tempo integral, proposta por Anísio Teixeira (1956) e Darcy Ribeiro (1986), ultrapassa a simples ampliação da jornada, configurando-se como um projeto de formação humana plena, articulada à cidadania. Para Arroyo (2004), essa concepção exige reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e culturais, o que demanda práticas pedagógicas que valorizem suas experiências.

Moll (2012) reforça esse entendimento ao propor a educação integral como projeto político-pedagógico de inclusão e justiça social. Entretanto, Cavaliere (2009) alerta para o risco de uma abordagem tecnicista, que reduz a política à contenção social e





à produtividade escolar. Essa tensão entre potencial emancipador e risco de instrumentalização revela a necessidade de articular intencionalidade pedagógica, gestão democrática e escuta ativa das comunidades.

Saviani (2008) complementa esse debate ao enfatizar que qualidade deve ser entendida como qualidade social, isto é, vinculada à superação das desigualdades estruturais. Nessa linha, Dourado (2011) destaca o papel das políticas educacionais no fortalecimento da gestão democrática e no financiamento adequado, fatores imprescindíveis para a efetividade do PROETI.

Freire (1987; 1999; 2000) acrescenta o caráter político da educação e critica a lógica “bancária”, defendendo práticas emancipatórias. Ball (2001), por sua vez, argumenta que as políticas se reconfiguram nos contextos de prática, o que reforça a importância de estudos situados, como o presente, que analisa a realidade específica de São Mateus.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos da pesquisa participante (Brandão, 2006), uma vez que a pesquisadora se encontra inserida no contexto investigado, atuando como gestora escolar. Segundo Lüdke e André (1986), a abordagem qualitativa possibilita a análise das práticas educacionais em sua complexidade, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos.

Os instrumentos de coleta incluem entrevistas semiestruturadas com gestores, professores, estudantes e familiares; observações do cotidiano escolar; registros em diário de campo; além da análise de documentos oficiais e indicadores educacionais (IDEB, IDEBES, fluência leitora, proficiências em Língua Portuguesa e Matemática). De acordo com André (1995), essas estratégias possibilitam compreender o significado que os sujeitos atribuem às ações educacionais, ampliando o olhar para além dos discursos institucionais e documentos oficiais. Para fortalecer a análise, serão triangulados os dados qualitativos com informações quantitativas, em consonância com Bogdan e Biklen (1994), que defendem a utilização complementar





de estatísticas em pesquisas qualitativas. Nessa direção, ancora-se também em Michael Apple (2003), ao reconhecer que a análise das políticas educacionais deve considerar os interesses, os contextos históricos e as relações de poder que atravessam a prática pedagógica, compreendendo a escola como espaço de resistência e produção de significados.

A análise será desenvolvida a partir da realidade da EMEFTI Valério Coser, escola referência da pesquisa, situada em território de vulnerabilidade social, considerando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na transição do tempo parcial para o tempo integral.

CONSIDERAÇÕES

O estudo pretende contribuir para a avaliação crítica da implementação do PROETI em São Mateus, analisando seus efeitos nos indicadores de qualidade e nas práticas pedagógicas. Espera-se identificar não apenas os avanços, mas também os limites enfrentados pelas escolas, especialmente no processo de adaptação da jornada ampliada.

A originalidade da pesquisa reside na abordagem situada: embora existam estudos sobre educação integral em nível nacional, ainda há escassez de investigações que examinem de forma aprofundada os efeitos concretos dessa política em municípios do interior capixaba. Ao focalizar a experiência da EMEFTI Valério Coser, localizada em território de vulnerabilidade social, a pesquisa evidencia singularidades muitas vezes invisibilizadas nos debates mais amplos.

Assim, busca-se oferecer subsídios teóricos e práticos que possam auxiliar gestores e formuladores de políticas na tomada de decisões mais contextualizadas, capazes de fortalecer a gestão democrática, aprimorar práticas pedagógicas e consolidar uma escola pública socialmente referenciada, comprometida com a equidade e a formação plena dos sujeitos. Como ressalta Anísio Teixeira, “A escola deve ser para todos, e a educação, um instrumento de liberdade” (TEIXEIRA, 1956, p. 45), reforçando que políticas como o PROETI devem promover não apenas acesso, mas a formação integral e emancipadora dos estudantes.





REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BALL, Stephen J. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social**. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAVALIERE, Ana Maria. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Educação & Sociedade, v. 23, n. 81, p. 247-270, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação & Sociedade, v. 32, n. 116, p. 1113-1136, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MOLL, Jaqueline. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1956.

